



FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO JUNTO AO SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DA FAUNA SILVESTRE (SISFAUNA)

I – DETALHAMENTO DA SOLICITAÇÃO

- ☐ AUTORIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTO DE USO E MANEJO DE FAUNA SILVESTRE
☐ AUTORIZAÇÃO DE USO E MANEJO DE EMPREENDIMENTO DE FAUNA SILVESTRE
☐ RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE USO E MANEJO
☐ INCLUSÃO DE ESPÉCIES NA AUTORIZAÇÃO DE MANEJO
☐ EXCLUSÃO DE ESPÉCIES NA AUTORIZAÇÃO DE MANEJO
☐ MUDANÇA DE ENDEREÇO ☐ MUDANÇA DE TITULARIDADE
☐ SOLICITAÇÃO DE VISTORIA ☐ REVERSÃO DE VENDA
☐ ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES
☐ REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE TRANSPORTE
☐ OUTRAS SOLICITAÇÕES: _____

II - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELO EMPREENDIMENTO

NOME:

CPF:

RG:

LOGRADOURO:

BAIRRO:

MUNICÍPIO/UF:

CEP:

TELEFONE:

E-MAIL:

III - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME DO EMPREENDIMENTO:

RAZÃO SOCIAL DO EMPREENDIMENTO:

CNPJ OU CPF:

INSCRIÇÃO ESTADUAL (PRODUTOR RURAL) :

LOGRADOURO:

BAIRRO:

MUNICÍPIO/UF:

CEP:

TELEFONE:



TIPO DE IMÓVEL (URBANO OU RURAL):

COORDENADAS:

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

III - CATEGORIA DE EMPREENDIMENTO

- ☐ ABATEDOURO-FRIGORÍFICO DE FAUNA SILVESTRE
- ☐ CENTRO DE TRIAGEM E REABILITAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES
- ☐ CRIADOURO CIENTÍFICO
- ☐ CRIADOURO CONSERVACIONISTA
- ☐ EMPREENDIMENTO COMERCIAL DE ANIMAIS VIVOS DA FAUNA SILVESTRE OU FAUNA EXÓTICA
- ☐ EMPREENDIMENTO COMERCIAL DE PARTES, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DA FAUNA SILVESTRE OU EXÓTICA
- ☐ MANTENEDOURO DE FAUNA SILVESTRE E EXÓTICA
- ☐ ZOLÓGICO
- ☐ CURTUME E/OU INDÚSTRIA DE COUROS E/OU PELE: ☐ SECAGEM E SALGA DE COUROS E PELES ☐ CURTIMENTO E OUTRAS PREPARAÇÕES DE COUROS E PELES ☐ FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE COUROS E PELES
- ☐ FABRICAÇÃO DE COLA ANIMAL
- ☐ CRIADOURO COMERCIAL: ☐ ESTIMAÇÃO ☐ FALCOARIA ☐ ORNAMENTAÇÃO ☐ ABATE ☐ EXTRAÇÃO DE VENENO

IV – ESPÉCIES (PREENCHIMENTO APENAS NOS CASOS DE NOVOS EMPREENDIMENTOS, INCLUSÃO OU EXCLUSÃO DE ESPÉCIES)

Nome Científico	Nome Comum

V - DECLARO, sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente de que a falsidade na prestação destas informações constitui crime, na forma do artigo 299, do código penal (pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa), c/c artigo 3º da lei de crimes ambientais, c/c artigo 87 do decreto 44844/08, c/c artigo 19 da resolução CONAMA 237/97.